

BRASIL: UM PAÍS EM DESENVOLVIMENTO? A atualidade da Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini para a análise do avanço do capitalismo na América Latina*

Rogério Antonio Mauro**

RESUMO

Esse artigo pretende resgatar os principais elementos do debate sobre subdesenvolvimento e dependência a partir do Informe Econômico da América Latina de 1949, divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Pode-se afirmar que a CEPAL não se reduziu apenas a tarefa de difusora da teoria desenvolvimentista dos países ricos, mas se preocupou, também, em aprofundar o estudo das contradições apontadas por esta, visando explicar as causas do subdesenvolvimento latino americano. É sob este viés que se toma como referência o pensamento de Ruy Mauro Marini, pelo qual demonstrou que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são duas faces da mesma moeda. A partir dele, apresentamos a atualidade da dialética da dependência na América Latina, em especial, o caso brasileiro e a noção de sub-imperialismo.

Palavras-chaves: CEPAL, Ruy Mauro Marini, Teoria da dependência, desenvolvimento-subdesenvolvimento, centro-periferia, sub-imperialismo, comércio internacional.

ABSTRACT

This article intends to rescue the main elements of the debate on underdevelopment and dependence from Economic Inform of Latin America of 1949, divulged for the Economic Commission for Latin America (Cepal). It can be affirmed that the Cepal did not scrumble only the diffusing task of the development's theory of the rich countries, but if it worried, also, in deepening the study of the contradictions pointed for this, aiming at to explain the causes of the American Latin underdevelopment. It is under this bias that if takes as reference the thought of Ruy Mauro Marini, for which it demonstrated that development and underdevelopment are not two faces of the same currency. To leave of it, we present the present time of the dialectic of the dependence in Latin America, in special, the Brazilian case and the notion of sub-imperialism.

Key-words: Cepal, Ruy Mauro Marini, Theory of the dependence, development-underdevelopment, center-periphery, sub-imperialism, international trade.

* Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos, realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, sob a orientação da Professora Roberta Traspadini.

** Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseja compreender a situação que enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. (BARSOTTI, 1998, p. 113).

O presente artigo tem como objetivo central resgatar os principais elementos do importante debate sobre subdesenvolvimento e dependência, realizado em nosso continente, a partir do Informe Econômico da América Latina de 1949, divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Mesmo tendo sido criada com um objetivo bastante claro, a CEPAL não se reduziu apenas à tarefa de difusora da teoria desenvolvimentista dos países ricos, mas se preocupou, também, em aprofundar o estudo das contradições apontadas por esta, visando explicar as causas do subdesenvolvimento latino americano. A consequência deste esforço resultou numa teoria original do continente, com grandes repercussões, tanto na academia, como no meio político. Os principais formuladores desta teoria foram o argentino Raúl Prebisch¹, o brasileiro Celso Furtado e o chileno Aníbal Pinto, dentre outros². Neste trabalho, procurar-se-á resgatar os pilares que sustentavam esta concepção.

A teoria da dependência estava centrada na necessidade de se aprofundar o debate acerca das concepções cepalinas. Neste campo, destacaram-se duas grandes linhas de pensamento: uma de concepção marxista, tendo como principais expressões, os brasileiros Ruy Mauro Marini,³ Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos, além do latino-americanista de coração André Gunder Frank; e a outra, mais heterodoxa, representada principalmente nos trabalhos do brasileiro Fernando Henrique Cardoso e argentino Enzo Faletto.⁴

¹ Foi Diretor do Banco Central Argentino no Governo de Perón.

² A formação dos principais quadros da CEPAL era em geral keynesiana, com apreciável domínio da economia política clássica, porém, com pouco domínio no campo do marxismo. (Marini, 1994).

³ Ruy Mauro Marini é um dos intelectuais marxistas mais importantes da América Latina da segunda metade do séc. XX. Nasceu em Barbacena-MG, em 1932, formou-se em Administração de Empresas em 1957. Foi fundador da Universidade de Brasília (UNB), junto a Darcy Ribeiro, em 1963. Além de intelectual, foi militante, preso, torturado e exilado durante a ditadura militar no Brasil. Viveu no Chile e México, onde militou e lecionou na Universidad Nacional do México (UNAM). Faleceu em Brasília, em 1997. Seu pensamento é influenciado por Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo, além de outros marxistas como André Gunder Frank.

⁴ Sua principal obra é: Dependência e Desenvolvimento na América Latina.

O trabalho, ora apresentado, explica a situação de dependência da América Latina com base na leitura da teoria marxista realizada por Ruy Mauro Marini. Isso se justifica por ter esta uma aplicabilidade evidente no atual estágio de desenvolvimento da América Latina. Por meio deste resgate, buscar-se-á analisar alguns indicadores atuais da economia brasileira, verificando, a atualidade desta teoria para o estudo de uma situação concreta vivenciada por um dos principais países latino- americanos: o Brasil.

A CONCEPÇÃO DA CEPAL

A CEPAL surge no momento em que se encerrava um dos capítulos mais dramáticos da história da humanidade, a Segunda Grande Guerra, iniciando-se uma era em que o poderio bélico, deflagrado pelo lançamento da bomba H em Hiroshima e Nagasaki, ditaria as novas relações sociais em nível global. O mundo via-se dividido em dois grandes blocos: um formado pelos países socialistas que se aglutinavam em torno da União Soviética (URSS), grande responsável pela vitória sobre a Alemanha nazista; e o outro, formado pelos países capitalistas, hegemônico pelos Estados Unidos. A configuração desses blocos determinaria a conformação política, econômica e militar do mundo nas décadas subsequentes.

No mundo capitalista, muitos países haviam saído recentemente de processos de descolonização. É o caso da América Latina, que possuía vários Estados nacionais consolidados, um processo de industrialização em andamento e uma complexa estrutura de classes, com a burguesia industrial fazendo parte do bloco no poder. Diante das crescentes tensões, geradas pela insatisfação das ex-colônias, frente às relações internacionais desiguais e da eminente ameaça comunista, os países capitalistas centrais apontavam para a real necessidade de convencer os países subdesenvolvidos de que as possibilidades de progresso estavam abertas para todos.

É assim que nasce a teoria do desenvolvimento econômico dos países ricos, destinada a explicar e orientar aos demais países sobre como alcançar esse tão sonhado objetivo. Segundo esta teoria, o desenvolvimento aparece como uma consequência natural da organização dos três setores produtivos: primário, secundário e terciário. Logo, a posição privilegiada que os países desenvolvidos possuíam no contexto internacional, representava

nada mais do que um fenômeno natural, dado o grau de evolução alcançado. Seguindo este raciocínio, o conceito de subdesenvolvimento é praticamente idêntico, constando-se simplesmente da fase anterior deste mesmo processo, que corresponde à situação pré-industrial.

Destacavam ainda, que o desenvolvimento econômico era sinônimo de modernização das estruturas econômicas, sociais e ideológicas. Todavia, até que este não fosse alcançado, os países subdesenvolvidos teriam que conviver, por certo tempo, com uma dualidade estrutural de modelos, que oporia setores modernos e avançados a setores tradicionais e atrasados. Esse processo seria marcado pela possibilidade de haver tensões e crises freqüentes.

Por fim, como partiam do princípio de que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram duas partes de um mesmo processo, no plano metodológico, se sustentava que o diferencial dos países entre si era apenas critérios quantitativos, medidos através de vários indicadores: PIB, grau de industrialização, renda per capita, índices educacionais, taxa de mortalidade etc. Essa teoria foi amplamente difundida pelo mundo, através das universidades, centros de pesquisa, organismos internacionais criados no pós-guerra, entre eles: o Fundo Monetário Internacional (FMI); o Banco Mundial (BIRD); e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)⁵ e pelas Nações Unidas (ONU), que foi encarregada de criar as comissões regionais para difundir a mesma nos diversos continentes. Daí a origem da CEPAL.

O ponto de partida da análise cepalina é a caracterização da economia internacional a partir da existência de dois pólos constitutivos: centro e periferia. Os países que se encontram no centro do sistema são aqueles cujo grau de desenvolvimento capitalista já atingiu um patamar superior, a fase de industrialização - aqueles que possuem uma estrutura econômica considerada homogênea e diversificada. Por outro lado, a periferia é representada pelos países subdesenvolvidos - aqueles que estão ainda na fase anterior, almejando chegar ao desenvolvimento pleno. Estes, por sua vez, se encontram nesta posição pelo fato de possuírem uma estrutura econômica heterogênea e especializada.

Pode-se dizer que a estrutura econômica de um país é homogênea quando o progresso técnico chegou a praticamente todos os setores da economia, considerando-se diversificado o país que desenvolveu vários setores econômicos importantes, possuindo assim um conjunto de atividades relevantes e viáveis. Por heterogênea é caracterizada uma economia em que o

⁵ O GATT foi transformado, em 1995, na Organização Mundial do Comércio-OMC, que é um fórum permanente para negociar regras multilaterais para o comércio internacional.

progresso técnico ainda não se espalhou por todo o sistema, pelo contrário, encontra-se concentrado em apenas alguns setores da economia, especialmente naqueles voltados à exportação. Neste caso, o país está dividido em algumas “ilhas” altamente desenvolvidas, com muita tecnologia e alta produtividade do trabalho. Contrastando com esta realidade, existem amplos setores tradicionais e atrasados, com pouco acesso ao progresso técnico e conseqüentemente, baixa produtividade. Trata-se, portanto, de uma economia especializada.

Contrapondo os postulados teóricos de economia internacional dominantes na época, os economistas da CEPAL vão demonstrar que, ao contrário do que se afirmava, a divisão internacional do trabalho não permitia que os frutos do progresso técnico fossem distribuídos de maneira equitativa para todas as nações. De acordo com os ideólogos da lei das vantagens comparativas⁶, todo aumento de produtividade deveria necessariamente ser acompanhado de diminuição dos preços. Logo, mesmo os países produtores de produtos primários, com baixo nível de desenvolvimento tecnológico e produtividade baixa, tenderiam a ser beneficiados com a queda dos preços dos produtos industrializados, importados do centro.

Os estudos realizados por Prebisch demonstraram exatamente o contrário do que se apregoava na época. Verificou-se que, a partir de 1870, nos países industrializados e com maiores ganhos de produtividade, os preços das mercadorias haviam aumentado ao passo que naqueles com produtividade menor, os preços haviam decrescido. Comprovava-se assim a existência de um intercâmbio desigual com tendência à deterioração dos termos de troca. Para que um país da periferia pudesse continuar importando do centro uma mesma quantidade de produtos industrializados, precisaria dispor de uma quantidade sempre crescente de produtos primários. Ocorria desta forma, uma transferência de renda e riqueza da periferia para o centro.

Para a CEPAL, aí residia a causa principal do subdesenvolvimento da periferia. E, para superar esta situação e chegar ao desenvolvimento só havia um caminho a ser seguido, o da industrialização. Construir indústrias significaria modernizar a estrutura econômica do país, alocando melhor a força de trabalho entre os setores produtivos, que naturalmente elevaria os salários, aumentando a renda da população. As conseqüências diretas deste processo seriam o desenvolvimento do mercado interno que impulsionaria ainda mais o

⁶ Essa teoria postula que cada país deve especializar-se na produção daqueles bens em que possa obter maior produtividade, a qual se encontra em geral, determinada pela fertilidade do solo, pela disponibilidade de recursos naturais, etc. (Marini, 1994)

crescimento e a endogeneização do progresso técnico, indispensável para aumentar a produtividade do trabalho e era um elemento chave para a reprodução ampliada do capital. Esses dois elementos são considerados fundamentais para o crescimento sustentado de qualquer nação. O passo inicial desta longa caminhada deveria ser a substituição das importações, iniciando pela produção de bens de consumo não duráveis.

Para impulsionar esse modelo, o Estado era fundamental. Este, utilizando instrumentos fundamentais como a política econômica e o planejamento de médio e longo prazo, levaria adiante esse processo. A concepção predominante entre os cepalinos era de um Estado situado acima da sociedade, capaz de mover-se por uma racionalidade própria e atender aos interesses de todos.

Outra questão debatida relacionava-se ao financiamento deste processo. A CEPAL sempre defendeu que a poupança interna é que deveria financiar a industrialização. Para isso, só quem poderia cumprir essa função seria o setor exportador da economia que deveria ser o grande responsável por trazer os dólares necessários para a importação dos bens de capital. Encontrava-se, aí, a causa fundamental da aliança da burguesia industrial com a burguesia primário-exportadora e a explicação do motivo de tanta relutância por parte dos cepalinos em pautar o tema das reformas estruturais, como a reforma agrária, capaz de criar um ambiente econômico favorável ao novo modelo em questão.

Nos anos 60, uma grave crise se abateu em praticamente todos os países da América Latina. Verificou-se que a industrialização, por si só, não resolvia todos os problemas, tal como se afirmava anteriormente. Além de não distribuir a renda como se previa, houve uma maior concentração, e como consequência, o mercado interno não se desenvolvia conforme o esperado, gerando uma crise de realização da produção. Outro limite verificado foi que, ao não desenvolver um setor produtor de bens de capital, os países latino americanos reproduziam em escala ampliada a dependência tecnológica, com o agravante da falta de divisas para a importação dessas novas tecnologias.

Esta situação levou a CEPAL a reformular sua análise e propostas. Em 1965, ao considerar a política exterior dos Estados Unidos e a ação das empresas multinacionais como fatores negativos para o desenvolvimento latino-americano, Celso Furtado vai falar, inclusive, da possibilidade de superar as determinações estruturais mediante a prática de um socialismo de corte nacional, estatal e terceiro mundista.

Em síntese, podemos afirmar que o desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, que acreditava na possibilidade e viabilidade de um modelo capitalista autônomo, com enorme impacto político, sobretudo na década de 50. Com seu esquema centro-periferia, a CEPAL deu uma grande contribuição, principalmente, na crítica a teoria clássica do comércio internacional, baseada no princípio das vantagens comparativas, indo muito além da teoria do desenvolvimento proposta pelos países ricos.

Seus limites, segundo Marini (1994), são um efeito de seu vínculo umbilical com a teoria do desenvolvimento. Por acreditar que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são fenômenos qualitativamente diferentes, acreditavam que, com uma política econômica adequada que estimulasse o processo de industrialização e com algumas correções no comércio internacional, tornando-o mais justo, se resolveriam naturalmente os problemas e se atingiria o desenvolvimento pleno. Não estava em questão a crítica ao capitalismo, mas a possibilidade de encontrar um caminho para as economias periféricas se inserirem nele, a partir da ótica formal e universal da reprodução ampliada do capital.

A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA DE MARINI

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi à deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. (MARINI, 2000.)

A primeira forma de inserção da América Latina no cenário internacional foi como colônia, nascendo como uma grande empresa exportadora comandada e explorada de acordo com interesses externos ao continente. Além desta participação no aumento do fluxo de mercadorias, o continente latino-americano contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo internacional no processo denominado por Marx de acumulação primitiva do capital. A enorme quantidade de metais preciosos e gêneros exóticos saqueados pelos europeus nos séculos XVI, XVII e XVIII permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, indispensável para o surgimento da grande indústria.

A independência política dos países latinos americanos, levada a cabo nas primeiras décadas do século XIX, não foi capaz de romper com a dependência econômica externa. O

que ocorre é o aprofundamento da divisão internacional do trabalho determinando o papel, posterior, da região. Por esta divisão, caberá aos países da América Latina produzir e exportar produtos primários, em troca da importação de produtos manufaturados de consumo dos países centrais. Assim, a dependência se configura como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes. Neste caso, segundo Marini (2000), o fruto da dependência significará apenas mais dependência.

Segundo Marini (2000), outra grande contribuição da América Latina ao capitalismo mundial, e talvez a mais importante, está relacionada ao deslocamento do eixo de acumulação nas economias industriais, da produção da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, deixando esta de depender simplesmente do prolongamento da jornada de trabalho ou do aumento da intensidade do mesmo, que constantemente levam a revolta dos trabalhadores. Essa mudança qualitativa ocorre devido ao barateamento dos meios de subsistência que chegam aos países industriais, o qual leva, necessariamente, à diminuição do valor da força de trabalho. Significa, portanto, a diminuição do tempo de trabalho necessário para o operário produzir seu salário, e reproduzir assim, suas condições de vida. Conforme explicou Marx, a diminuição do trabalho necessário leva necessariamente ao aumento do tempo excedente, que é aquele em que o operário produz a mais-valia, ou seja, tempo de produção que não se reverterá para o trabalhador e que será apropriada pelo capitalista. Trata-se, portanto, da exploração.

Cabe observar ainda que essas cotas extras de mais-valia, proporcionadas pela produção dos países dependentes e apropriadas pelos capitalistas dos países centrais, são uma forma de compensar para os capitalistas, a queda tendencial das taxas de lucro.

A partir de 1875, o capitalismo mundial passa por algumas transformações que terão grande influência em nosso continente. A primeira delas, é que novas potências vão surgir e se projetar para o exterior. É o caso da Alemanha e dos Estados Unidos. Estes últimos desenvolverão uma política própria para o continente americano, que muitas vezes vai se chocar com os interesses ingleses. Pois, com o tempo, a tendência será o deslocamento das relações comerciais da América Latina com a potência do norte. A segunda mudança importante será o surgimento dos monopólios a partir do processo de concentração do capital nas unidades produtivas. Nesta fase, para o capital continuar se desenvolvendo, precisa extrapolar as fronteiras nacionais. Inicia-se assim a corrida na busca de aplicação em outras partes do globo. É a fase imperialista do capital.

Entretanto, a consolidação do imperialismo não ocorrerá de forma tranqüila. As primeiras três décadas do século XX são marcadas por duas grandes crises: começando com a primeira guerra mundial, deflagrada em 1914, caracterizada como uma guerra pela partilha colonial, e passando pela grande crise econômica do capitalismo, que explodiu em 1929, levando a desorganização do mercado mundial.

Com a crise, as exportações primárias dos países latino-americanos passaram a enfrentar enormes dificuldades de se realizarem, o que, por sua vez, afetou o padrão de vida das classes mais abastadas, dependentes das importações de mercadorias dos países centrais. A principal conseqüência desta para a América Latina foi a inviabilização da antiga forma de vinculação ao sistema mundial, como países primário-exportadores. A industrialização substitutiva de importações se impôs como uma necessidade de sobrevivência.

Vários países latino-americanos vão aproveitar a situação criada e se lançar nesta estratégia. Especialmente, aqueles que tinham amadurecido as condições objetivas e subjetivas para enfrentar esta nova etapa, como o Brasil, Chile, Argentina e México. As principais condições apresentadas foram: (a) a existência de uma base industrial mínima em alguns países, ainda que incipiente; (b) grande contingente populacional concentrado nas cidades; (c) existência de uma poupança interna gerada pelas exportações primárias de posse dos donos de terras; (d) mercado interno não abastecido pelas importações, com uma classe rica ansiosa por manter seus padrões de consumo.

Um fato que chama atenção é que, diferente do que ocorreu na Europa e em outros países industrializados, aqui, esse processo aconteceu de forma pacífica, uma vez que, dado às condições citadas acima, o ambiente foi propício para o estabelecimento de um pacto de poder, entre a nascente burguesia industrial e a burguesia primário-exportadora.

No entanto, o pacto firmado não excluía a existência de divergências no interior da coalizão dominante. Mas, apesar de haver conflitos de interesses, os fundamentos do poder eram preservados, principalmente em temas como política cambial e de créditos. A não realização da reforma agrária no país fez parte deste pacto político. Diferença marcante em relação ao que ocorreu no processo de industrialização de outras nações, onde as reformas estruturais, como a reforma agrária, eram vistas como medidas necessárias para criar um ambiente econômico favorável à industrialização.

Com o desenrolar da segunda guerra mundial, criaram-se as condições necessárias à aceleração do processo de industrialização latino-americano naqueles países que já haviam

iniciado, bem como a motivação de outros para lançarem-se neste caminho, como a Venezuela. Dada esta condição, a burguesia enfrentou a segunda fase do processo de industrialização, rompendo aliança com a burguesia primário-exportadora. Isto, na prática gerou um novo pacto de poder, buscado com apoio das classes médias e do proletariado. Este pacto deu origem ao “populismo”.

O discurso populista era, por natureza, nacionalista e estava centrado na necessidade de promover a dinamização do mercado interno, por meio da distribuição de renda, que agradava a amplos setores da população. Esta política poderia ser implementada através do aumento dos salários e até mesmo pela realização da reforma agrária, que não interessava nem um pouco à burguesia latifundiária, mas agradava aos camponeses.

As duas principais expressões políticas desta corrente na América Latina foram: Perón, na Argentina e Vargas, no Brasil. Nesses dois países, as implantações de parte dessas políticas levaram seus dirigentes a gozar de amplo prestígio popular. Todavia, a estratégia burguesa de desenvolvimento autônomo foi derrotada. Este fracasso deveu-se a inúmeros fatores, dentre eles: (a) fragilidade do mercado interno; (b) insuficiência de divisas e (c) assédio do capital estrangeiro.

O abandono da estratégia de desenvolvimento autônomo e o divórcio da burguesia com as massas populares, pondo fim às políticas populistas, tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, vão levar à implantação de regimes tecnocráticos militares, instalados a partir de golpes de Estado, com apoio explícito do imperialismo norte-americano. Com o advento de uma nova divisão internacional do trabalho, alguns países da periferia, como Brasil, México, Argentina, Chile etc. deixam de ser apenas produtores de produtos primários para a exportação, passando a se dedicarem, também, à produção industrial baseada na superexploração do trabalho. Entretanto, caberá a esses países, a tarefa de desenvolver apenas etapas inferiores do processo de produção, uma vez que, as etapas superiores, dos produtos de maior valor agregado (como a produção dos eletro-eletrônicos, da robótica, da química fina, da biotecnologia, etc.), e o devido controle das tecnologias correspondentes, são reservadas aos centros imperialistas.

Por esta divisão, há ainda um outro grupo de países, que são convertidos apenas em produtores primários de mercadorias e em mero mercado consumidor para os produtos de seus vizinhos industrializados. Ao analisar este aspecto, Marini vai falar do surgimento de

verdadeiros centros subimperialistas na América Latina, que se associam à metrópole para explorar os povos vizinhos.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa de um fenômeno resultante da diferenciação da economia mundial, com base na internacionalização do capital, que levou a superação da divisão simples do trabalho, expressa na relação centro-periferia, tematizada pela CEPAL, em prol de um sistema muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média do capital, quer dizer, a relação entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar à sub-centros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, ainda que permaneçam subordinados a dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como Brasil, países como a Argentina, Israel, Irã, Iraque e África do Sul assumem, ou tem assumido, em certo momento de sua evolução recente, caráter subimperialista. (MARINI, 1993).

É nesse sentido que o progresso técnico propiciado pela importação de tecnologias dos centros imperialistas tornou mais dinâmicas as indústrias locais, que aumentaram muito sua produtividade. No entanto, apesar desses ganhos, os capitalistas não abriram mão da superexploração do trabalho. Desta forma, o mercado interno continuou achatado e a consequência imediata que se apresenta é o problema da realização da produção a partir dos aumentos de escalas. Ou seja, produzem-se roupas, calçados, automóveis, eletrodomésticos, etc., mas estes são inacessíveis às grandes massas de desempregados e até mesmo aos próprios operários que fabricam essas mercadorias.

Para enfrentar este problema, a burguesia tratou de desenvolver uma verdadeira política subimperialista, buscando várias saídas possíveis: a primeira foi programar uma política regressiva de distribuição de renda. Utilizou o mecanismo da inflação e operou no sentido de promover uma transferência de renda da imensa maioria da classe trabalhadora para os setores médios e altos que possuíam condições de sustentar o mercado. Como consequência, separou, ainda mais, produção e consumo. Essa política foi muito utilizada no Brasil durante o regime militar, quando os salários reais recebidos pelos trabalhadores foram reduzidos em mais de 50%.

Um segundo recurso utilizado foi à intervenção do Estado. Uma frente foi a ampliação das subvenções aos produtores (caso da agricultura, por exemplo, que foi estimulada a modernizar-se, por meio da política de créditos para comprar máquinas e outros insumos industriais da revolução verde), e o financiamento do consumo de artigos de luxo. A outra foi

transformar o próprio Estado em um grande consumidor dos produtos industriais, criando, desta forma, uma demanda estatal.

A terceira saída buscada e, por sinal, a mais importante, foi à expansão para o exterior, como alternativa de realizar a produção não absorvida pelo mercado interno. É o ressurgimento da velha política exportadora, agora aplicada à indústria, que só consegue competir no mercado internacional porque está assentada sobre a superexploração do trabalho. É nesse contexto que se pode falar da existência do subimperialismo, onde os mais desenvolvidos da periferia são tutelados pelo centro, aos quais estão associados, para explorar os mais fracos. Um dos resultados mais evidentes desta política foi à alteração da pauta de exportação com a inclusão dos produtos manufaturados (incluindo artigos de luxo) e semi-elaborados.

O caso brasileiro expressa bem o que representou essa política. Em 1964, quando a ditadura militar se instalou no Brasil, o saldo anual das exportações era da ordem de 1,4 bilhões de dólares. A pauta era composta por 85,4% de produtos primários; 8,0% de produtos semi-elaborados; e apenas 6,2% de manufaturados. Em 1984, quando os militares deixam o governo, o país já exportava 27 bilhões de dólares por ano, com uma pauta profundamente alterada: os produtos primários representavam 32%; os semi-elaborados 10,6%; e os manufaturados 56%.

Entretanto, essa política trouxe como conseqüência o endividamento externo do País. Em 1964, a dívida externa brasileira atingia a cifra de 2,5 bilhões de dólares. Em 1984, essa mesma dívida havia saltado para 102 bilhões de dólares. Sem contar o fato de que entre 1981 e 1984, o Brasil pagou a soma de 30,7 bilhões de dólares em juros⁷. Além do endividamento externo, outra conseqüência importante decorrente da desnacionalização das economias dependentes diz respeito à evasão de divisas por meio da exportação de lucros.

Resumindo, o desenvolvimento capitalista latino-americano reproduziu aqui as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, porém, acentuou-as ao limite. Trata-se de um sistema integrado, cujo fundamento encontra-se na superexploração do trabalho, que pode aparecer de diversas maneiras: (a) aumento da intensidade do trabalho sem alterar a jornada e o nível tecnológico existente, ou seja, é a arte de fazer o trabalhador produzir mais no mesmo tempo de trabalho; (b) prolongamento da jornada de trabalho, muito utilizada no campo, mas

⁷ Trata-se de dados oficiais do Banco Central do Brasil. Foi organizado pelo Jubileu Sul Brasil e encontram-se disponíveis na página: www.Jubileubrasil.org.br

que aparece também na indústria sob o manto das horas extras; (c) rebaixamento dos salários a um nível inferior ao valor real de sua força de trabalho. Isso significa não respeitar as condições médias de subsistência dos trabalhadores e as condições técnicas de produção. Esta é, sem dúvida, a forma mais utilizada nos países dependentes latino-americanos.

A aplicação desta prática trouxe várias conseqüências, dentre as quais se destacam: (a) concentração das riquezas; (b) vulnerabilidade a fatores externos - neste caso, a saída encontrada pelo capitalismo dependente é colocar em prática o que aprendeu com o império, buscando a expansão comercial ao exterior, exercendo assim seu poder subimperialista sobre seus vizinhos; (c) fragilidade do mercado interno e a continuidade da separação das esferas de produção e consumo.

A grande diferença existente na análise de Marini em relação à CEPAL, é que ele, ao analisar a história como processo, a partir da luta de classes, busca uma explicação estrutural ao problema da dependência. Marini não visualiza desenvolvimento e subdesenvolvimento como duas partes de um mesmo processo, que se diferenciam apenas quantitativamente. Pelo contrário, considera-os fenômenos qualitativamente diferentes, antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares entre si, em uma relação dialética com o cenário internacional. Isto quer dizer que os países dependentes são extremamente funcionais ao processo de acumulação do capitalismo mundial. Além de fornecedores das demandas dos países centrais, especialmente, de matérias-primas e alimentos, contribuem decisivamente para que esses países desloquem o seu eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Isto significa que sua acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. Contraditoriamente, essa mesma produção que contribui para a mudança qualitativa nos países centrais, está assentada aqui, em uma maior exploração dos trabalhadores. Segundo Marini:

A dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.

A ATUALIDADE DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA E DO SUBIMPERIALISMO: O CASO BRASILEIRO

Tomando os dados atuais da economia brasileira como referência, verificaremos que estamos assistindo a reedição da política subimperialista adotada há várias décadas. A busca desesperada pelo mercado externo para realizar a produção nacional, além de não constituir nenhuma novidade, até hoje não conseguiu romper com a dependência imposta pela divisão internacional do trabalho. Nesses últimos anos, muitos *records* de produção foram comemorados, especialmente pelo agronegócio e pela indústria de baixa densidade tecnológica, mas a situação objetiva do povo brasileiro e do país não se alterou.

Os governos que sucederam o regime militar não conseguiram fugir, se é que tentaram, da armadilha econômica montada em torno da necessidade de exportar um montante cada vez maior de mercadorias para alimentar a ciranda financeira da dívida externa, dificultando o desenvolvimento da nação. Do governo Sarney ao governo FHC, o Brasil obteve um superávit comercial de 143,4 bilhões de dólares. Todavia, pagou em torno de 250 bilhões de dólares na forma de juros da dívida, e mais 385,7 bilhões de dólares em amortizações. Ou seja, de 1985 a 2002, pelo menos 635,7 bilhões de dólares foram embora e mesmo assim o país continuou endividado.

Nesta operação, parcelas do pagamento são atribuídas aos valores obtidos com a descapitalização do país proveniente do processo de privatizações. Outra parcela advém do superávit primário, que é a diferença entre o que o governo arrecada cobrando impostos da população e os gastos sociais e investimentos públicos. Uma terceira fonte é proveniente da chamada dívida interna. Esta, por sua vez, representa hoje o mesmo mecanismo perverso da dívida externa, levando a transferência de renda do conjunto da sociedade aos setores mais abastados e a evasão das riquezas nacionais. Devido aos altos juros pagos pelo Brasil, um dos mais altos do mundo, esta dívida que era de R\$ 59,7 bilhões de reais, em 1994, saltou para R\$ 852 bilhões em 2004.

No governo Lula, a situação até o momento não se alterou. Somente no ano de 2003, foram enviados para o exterior 13 bilhões de dólares na forma de juros e 27 bilhões para amortização. Apesar disso, a dívida externa total fechou o ano em 235,4 bilhões de dólares⁸.

⁸ Segundo cálculos da Rede Jubileu Sul Brasil, somando-se todos os empréstimos externos tomados pelo Brasil ao longo dos muitos anos em que a dívida foi formada, e aplicando sobre esses valores uma taxa de juros de 6%

No ano de 2004, não foi diferente: o país continuou pagando e a dívida continuou aumentando. Além disso, os números das exportações brasileiras dos dois primeiros anos do governo Lula demonstram ter respondido à ofensiva comercial empreendida. Em 2003, o saldo das exportações atingiu 73 bilhões de dólares e, em 2004, o *recorde* de 96 bilhões de dólares⁹. Tal situação foi possível em função de um cenário internacional extremamente favorável nos últimos dois anos. Acrescenta-se ainda a preocupação relacionada à tendência de reprimarização da pauta de exportações brasileiras, puxada pelo agronegócio, que, como já foi demonstrado pela CEPAL há mais de 50 anos, não conduz ao desenvolvimento.

Outro agravante está relacionado ao aumento que vem se verificando nas remessas de lucros e dividendos ao exterior. Entre 1994 e maio de 2004, as empresas estrangeiras enviaram para seus países de origem nada menos que 46 bilhões de dólares. Somente no ano de 2004, foram enviados US\$ 7,3 bilhões e a previsão para 2005 é que chegue a nove bilhões de dólares. Várias razões explicam esse aumento: a primeira está relacionada à maior participação das transnacionais na economia brasileira, que, em dezembro de 2004, possuíam 142,4 bilhões de dólares investidos no Brasil, contra 112,3 bilhões de dólares registrados em dezembro de 2003¹⁰; a segunda razão que ajuda explicar o aumento, diz respeito às mudanças cambiais, neste caso, a desvalorização do dólar frente ao real; e a terceira, ao aumento da lucratividade das empresas.

Sobre esta última, um exemplo concreto para mostrar como essas empresas aumentam facilmente seu lucro pode ser verificado no brutal aumento dos serviços públicos ocorrido nos últimos anos. Ganham destaque à energia e a telefonia, setores muito atingidos pelas privatizações. Segundo o IBGE (2004), em 1996, uma família gastava em média 12,98% de seu orçamento pagando tarifas públicas. Em 2003, esse índice aumentou para 16,81%. Ou seja, está ocorrendo, através das tarifas, uma transferência de renda das famílias brasileiras para as transnacionais, que não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento país.

Ainda sobre as contas externas, os dados do BACEN indicam que em 2004 deixaram o país, 9,5 bilhões de dólares em investimento brasileiro direto¹¹. Esse dado pode refletir a

ao ano (mesmo assim, acima dos padrões internacionais vigentes), e subtraindo-se os pagamentos feitos pelo país até o final do ano de 2004, o resultado que se chega é que o Brasil ao invés de devedor, seria credor, naquela data, de um montante aproximado de 161,12 bilhões de dólares.

⁹ Gonçalves, 2005.

¹⁰ Folha de São Paulo, 22 de junho de 2005.

¹¹ Gonçalves, Reinaldo, 2005.

expansão do subimperialismo brasileiro para o exterior, mas também pode refletir estratégias de diversificação de riscos dos empresários brasileiros, ou ainda, fuga de capitais.

A manutenção da atual política econômica, centrada na volúpia exportadora, nos altos juros, na falta de controle sobre operações financeiras e no superávit primário, traz como conseqüências imediatas, o baixo crescimento econômico, a reconcentração da riqueza e o conseqüente agravamento da crise social, gerada pelos crescentes índices de desemprego. Essas características têm sido uma constante na economia brasileira dos últimos anos, segundo apontam indicadores seguintes.

A taxa média de crescimento do PIB brasileiro durante o século passado foi de 5,9% ao ano. Já nos anos 90, durante o governo de FHC, a média anual de crescimento ficou em pífios 2,3%. Nos dois primeiros anos do governo Lula, a média foi de 2,9% ao ano e as projeções mais otimistas para 2005, ficam em torno de 3,5%¹². Segundo Pochmann (1999), durante os anos 90 no Brasil, foram abertos, anualmente, 951.400 postos de trabalho. Em contrapartida, ingressou no mercado uma média anual de 1.417.100 pessoas, ou seja, 465.700 pessoas ficaram desempregadas anualmente, isso sem contar os que perderam o emprego nesse período, em virtude, principalmente, dos processos de reestruturação produtiva¹³.

Como já afirmava Marini, o aumento do desemprego contribui para aumentar ainda mais a exploração do trabalho. Além da queda dos salários reais verificados no período, a qualidade do emprego no país piorou e as relações de trabalho foram precarizadas. Ampliou-se o número de trabalhadores sem carteira assinada e no subemprego, vivendo amontoados nas periferias das cidades. É a velha economia dependente se sustentando como pode na superexploração dos trabalhadores.

Muitos economistas calculam que é necessário um crescimento anual de 3,5% ao ano, para o país apenas manter o nível atual de empregos, incorporando os novos que entram no mercado todo ano. Para o professor Carlos Leal (1999), para que realmente se ataque o desemprego no país, é necessário um crescimento da ordem de 6% aa. Enquanto esse crescimento não aparece no horizonte, se é que algum dia aparecerá, a sustentação do sistema depende da manutenção da chamada ordem social, ou melhor, dizendo, do controle do grande contingente de pobres, desempregados ou subempregados, que vivem aglutinados no entorno das grandes e pequenas cidades. Com este objetivo, a burguesia lança mão de algumas

¹² Gonçalves, R. 2005.

¹³ Jornal da Unicamp, dezembro de 1999.

fórmulas clássicas de controle: a violência, por um lado, e, por outro, as políticas compensatórias.

A lógica como está estruturado o sistema capitalista mundial conduz a um duplo problema relacionado à apropriação da renda e da riqueza produzida. Por um lado, há um brutal processo de concentração nos países centrais em relação à periferia, e, por outro, não menos trágica, é a concentração que ocorre dentro da própria periferia. Para elucidar esta afirmativa, verificamos que, no mundo, em 2003, os 68 países mais ricos do mundo controlavam 98% do produto interno global, ao passo que os 121 países mais pobres ficavam com apenas 2%; em torno de 86% da renda mundial está nas mãos de apenas 20% da população; as 10 maiores empresas do mundo têm um faturamento igual ao PIB do Brasil Argentina, México, Venezuela e Equador somados; apenas 10 países, concentram 80% do conhecimento, informações, linhas telefônicas e Internet; apenas 7,7 milhões de pessoas do mundo (0,13%), têm uma riqueza que equivale a 29 trilhões de dólares, ou quase três vezes o PIB norte americano de 2003¹⁴. No Brasil, enquanto 80 mil milionários brasileiros (0,5% da população) concentram uma riqueza de 1,5 trilhões de dólares (equivalente a dois PIB do Brasil), mais de 30% de sua população vive abaixo da linha da pobreza, vivendo com menos de um dólar por dia. Isso é resultado das políticas e estratégias econômicas adotadas pelos governantes brasileiros¹⁵.

Um outro aspecto relativo às desigualdades diz respeito às diferenças que o modelo reproduz no próprio desenvolvimento regional. Enquanto que algumas regiões do país concentram a grande maioria dos investimentos produtivos e em infra-estrutura, outras regiões são condenadas ao completo abandono. Isso torna possível encontrar, dentro de um mesmo país, algumas ilhas altamente desenvolvidas e amplas regiões convivendo com a extrema pobreza, ou seja, é o desenvolvimento e o subdesenvolvimento convivendo lado a lado.

A experiência brasileira das últimas duas décadas indica que o neoliberalismo representou uma nova ofensiva de recolonização do país por parte do império. O principal mecanismo utilizado é o da dívida externa e das famosas “ajudas” dos organismos financeiros internacional, como FMI e Banco Mundial, que junto aos seus receituários que levam os países a uma reconversão econômica, representada pela desnacionalização de suas economias

¹⁴ PACS, 2005.

¹⁵ idem

e uma clara tendência a reprimarização, significa reproduzir em escala ampliada a dependência.

CONCLUSÃO

Marini demonstrou que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são duas faces da mesma moeda. São fenômenos qualitativamente diferentes que disputam e se complementam entre si. Em outras palavras, os países centrais não teriam alcançado o grau de desenvolvimento que alcançaram se não fosse à contribuição daqueles que são hoje são chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, via uma relação de dependência econômica bastante cruel. Manter e reproduzir essa relação de dependência é crucial ao centro para seguir gozando dos privilégios que sempre teve. Assim o faz pela imposição de uma divisão internacional do trabalho que garante ao resto do mundo o papel de coadjuvantes de seu processo de acumulação. Ao aceitar esse papel e as regras do comércio internacional dele derivadas, impostas, principalmente, por organismos internacionais que atuam a serviço do capital, os países dependentes não apenas aceitam sua condição de dependência, como a reproduzem cotidianamente em escala ampliada.

O modelo neoliberal implantado na América Latina nas décadas de 80 e 90 representou mais uma ofensiva imperialista para a consolidação do mercado mundial, passando por cima das fronteiras nacionais para viabilizar a livre circulação do capital e das mercadorias.

Outra conclusão a que se chega é de que não há margem para o desenvolvimento de um capitalismo autônomo na América Latina. Não há condições materiais para isso e menos ainda, uma classe burguesa disposta a levar adiante esse processo. A burguesia brasileira e latino-americana já deu e continua dando inúmeras provas de que é incapaz e não está disposta a romper com as amarras impostas pelo capitalismo mundial, preferindo unir-se a ele. Logo, não serão os trabalhadores que colocarão em pauta o reformismo burguês.

Somente a classe trabalhadora poderá construir e levar adiante a luta pela libertação da América Latina. Uma estratégia dessa envergadura requer muita disposição, coragem, organização, luta conhecimento e fundamentalmente, a construção da integração latino-americana sonhada por Bolívar. Além da realidade comum que une o continente, é comum

também o inimigo a ser enfrentado, que por sinal, é muito poderoso. Sem contar que no atual contexto histórico da globalização, como afirma Marini, nenhum país latino-americano é hoje viável isoladamente. Neste caso,

Chegamos aquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, venezuelanos depende de nossa aptidão para construir novas superestruturas políticas e jurídicas, dotadas da capacidade de negociação, resistência e pressão indispensável para ter efetiva presença ante os Super-Estados que existem já ou estão emergindo na Europa, Ásia e na mesma América. (MARINI, 1993).

É preciso deixar claro que a integração que se levará a cabo pela classe trabalhadora é uma outra integração, que deverá brotar das massas e das relações solidárias entre os povos, lição que o povo cubano vem nos ensinando a mais de 40 anos. Uma integração verdadeira não deve ser apenas comercial para beneficiar uma classe, mas deverá ser social, econômica, cultural e política. Ou, como mais uma vez sublinha Marini, não se trata de um simples agregado de espaços econômicos relativamente dinâmicos, ou seja, pequenas ilhas desenvolvidas em um oceano de subdesenvolvimento,

pelo contrário, supõe a construção de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes de população ao trabalho e ao consumo, mediante uma correta distribuição dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a supressão das elevadas taxas de superexploração do trabalho e, por fim, uma melhor distribuição da renda. (MARINI, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luiz Bernardo (org). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

CIÊNCIA HOJE, Revista. Volume 30, número 180, março de 2002.

FOLHA de São Paulo. *Exportações em alta elevam Previsão de Superávit Externo*. Dia 22 de junho de 2005.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 3º edição, 1996.

GONÇALVES, Reinaldo. *A Macroeconomia do Governo Lula*, 2005. (mimeo).

IBGE. *Síntese dos Indicadores Econômicos*. Comunicação Social, 13 de abril de 2004. Disponível em www.jubileubrasil.org.br. Acessado em 20 de dezembro de 2006.

MARINI, Ruy Mauro. *Dos Momentos en la Integración Latino-Americana*, 1993 (mimeo).

MARINI, Ruy Mauro. *El Desarrollo del Capitalismo Mundial y su Impacto em América Latina*, México, 1993 (mimeo).

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *La Acumulacion Capitalista Dependiente y la superexplotación del trabajo*. México, 1973, (mimeo).

MARINI, Ruy Mauro. *La Crisis del Desarrollismo*. México, 1994, (mimeo).

PACS - *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul*, 2005. Disponível em www.pacs.org.br. Acessado em 20 de dezembro de 2006.

RODRIGUEZ, Otávio (1980). *La Teoria Del Subdesarrollo de la CEPAL*. México, Siglo XXI Editores.